IMPÔSTO SOBRE A RENDA — “ACUMULADAS” DE CORRIDAS DE CAVALOS

— Não estão sujeitas à incidência do imposto de renda as quantias correspondentes a prêmios em dinheiro obtidos na modalidade de aposta do turfe denominada “acumulada”.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

PROCESSO N.º 4.501-43

Otelo Lourent (Estado do Rio Grande do Sul) — Despacho do Sr. Diretor da Divisão do Imposto de Renda: “Soluciono a consulta nos termos do parecer do Serviço de Tributação e, em consequência, reconsidero a decisão exarada no processo n.º 6.871-42 (*Diário Oficial* de 15-5-42). Dêste ato recorro, como de lei, para o 1.º Congresso de Contribuintes. Publique-se e, a seguir, transmita-se o processo àquele tribunal administrativo.”

É o seguinte o parecer a que alude o despacho:

“O Sr. representante da Seção de Acumuladas da Protetora do Turfe de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, consulta se as quantias superiores a Cr\$ 1.000,00, decorrentes de prêmios em dinheiro obtidos em “acumuladas de corridas de cavalos”, estão isentas da incidência do imposto de renda.

2. Por decisão exarada no processo n.º 6.871-42 e publicada no *Diário Oficial* da União de 15-5-42, esta D.I.R. manifestou-se, apreciando idêntica consulta, pela incidência do tributo.

3. Reexaminemos, porém, o assunto à luz de novos argumentos.

4. Organizando páreos e programas, as entidades de turfe patrocinam a realização de carreiras para animais de puro sangue.

5. Aceitam, também, apostas em qualquer dos animais inscritos nos páreos e, após desconto de certa percentagem que destinam à sua manutenção, dividem o saldo das apostas pelo número de *poules* correspondentes aos animais vitoriosos, resultado êsse a que chamam *rateio*.

6. A *acumulada* consiste, em última análise, num jogo pelo qual o apostador, entregando certa importância e indicando dois ou mais animais para vencedores, obriga a entidade exploradora a pagar a quantia total que êle obteria se, vencedor o primeiro dêsses animais, houvesse aplicado o resultado no segundo, e assim, sucessivamente.

7. É de hábito, também, a entidade pagar uma percentagem sobre o *quantum apurado*.

8. Prescrevia o D. L. 4.178, de 13-3-42, que dispunha sobre a cobrança e fiscalização do imposto de renda:

"Art. 96. Estão sujeitos ao desconto do imposto na fonte:

2.º — à razão da taxa de 8%:

e) os lucros superiores a 1:000\$000, decorrentes de prêmios em dinheiro, obtidos em loterias, sorteios de qualquer espécie ou *concursos esportivos, inclusive os do turfe*, compreendidos nestes os *bettings*". (São nossos os grifos).

9. Prescreve o D. L. 5.844, de 23-9-43, que dispõe sobre a cobrança e fiscalização do imposto de renda:

"Art. 96. Estão sujeitos ao desconto do imposto na fonte:

3.º — à razão da taxa de 10%, os lucros superiores a Cr\$ 1.000,00, decorrentes de prêmios em dinheiro, obtidos em loterias, sorteios de qualquer espécie ou *concursos esportivos, inclusive os do turfe*, compreendidos nestes os *bettings*". (Os grifos são nossos).

10. Estabelece, pois, como se vê, a legislação do imposto de renda a condição precípua da existência de *concursos*, ou seja, a formação de um todo pelas estradas de concorrentes, todo êsse dividido entre os que maior número de pontos conseguirem (bôlo simples e bôlo duplo), ou que acertarem em os cavalos vencedores de três páreos previamente assinalados pela entidade turfista ("betting" simples e "betting" duplo).

11. A *acumulada*, portanto, não pode ser incluída entre os *concursos* do turfe, não só pela inexistência de concorrentes e conseqüente formação de um todo, como por se tratar de apostas, simples aposta.

12. Ante o exposto, acreditamos que a consulta merece resposta afirmativa, ou, em outros termos, que não estão sujeitas à incidência do imposto de renda as quantias correspondentes a prêmios em dinheiro obtidos na modalidade de aposta do turfe denominada *acumulada*, reconsiderando-se, em conseqüência, a decisão mencionada (item 2), e recorrendo-se *ex-officio* para a instância coletiva, nos termos do § 2.º do art. 179 do D. L. 5.844, de 23-9-1943".